



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNDI

Resumo Executivo

Tipo de Reunião do Conselho	<i>Reunião Ordinária Nº 75</i>
Data de realização	<i>14 de Abril de 2015</i>
Horário (início e término)	<i>09:30 – 17:30</i>
Local de realização Reunião	<i>Brasília - SDH/PR 10º andar</i>
Coordenação da atividade/Presidente do CNDI	<i>Sandra Maria Ferreira de Souza</i>
Lista dos Presentes – Total de Conselheiros(as): (21) Total: (02) Convidados/Visitantes	Com conferência do <i>Quórum</i>
Conselheiros Governo – (08) Nº Conselheiros <u>NOMES</u>	Conselheiros Sociedade Civil – (13) Nº Conselheiros. <u>NOMES</u>
1. Paulo Roberto M. Maldos (Vice-Presidente do CNDI e Secretário da SNPDDH - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos 2. Antônio Lídio de M. Zambon – MEC 3. Maria Cristina C. Hoffmann – MS 4. Camila Salvador Cipriano – MDS 5. Emanuel de Araújo Dantas – MPS 6. Laura Berdine Delamonica – MRE 7. Maria Socorro Braga – MTE 8. Hellen Hernandez Santos – MESPORTE	9. Sandra Maria Ferreira de Souza (AMPID e Presidência do CNDI) 10. Luiz Legnani – COBAP 11. Maria Clotilde B.N.M. de Carvalho – SESC 12. Maria Bernadette de M. Medeiros - CFESS 13. Eptácio Luiz Epaminondas – SINTAPI 14. Crismédio Vieira da Costa Neto – PPI 15. Marília Celina Felício Fragoso – ANG 16. Sandra Rabello de Frias – SBBG 17. Freddy Alejandro S. Antunes – ANADEP 18. Maria Leitão Bessa – ABRAZ 19. Valdenora C. Rodrigues – MORHAN 20. Bahij Amin Aur – OAB 21. Maria Lúcia Santos de Moura – CONTAG
Estrutura Gov.	Visitantes/convidados Governamentais
01. Ana Lúcia da Silva (Coord. Geral CNDI)	01. Neusa Muller (Coord. Política do Idoso)

[1] RO nº 75 - RE_CNDI-SDH/PR, em

14.04.2015

02. Claudia Americano (Assessoria) 03. Simone Darc da Silva (Apoio) 04. Valéria Sperandio Rangel (CNDI)	02. Raquel Ribeiro - (Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão)
---	---

Expediente:

A Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira de Souza:

Inicia a Reunião cumprimentando aos presentes, faz a abertura dos trabalhos do dia, com a leitura do Resumo da Ata da 74ª Reunião Ordinária do CNDI e encaminha para votação de aprovação. **Aprovado.**

A **Conselheira Valdenora Rodrigues (MORHAN)** sugere que se retome a prática da apresentação inicial dos presentes.

Informações:

A Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira de Souza:

Feita a leitura da Ata da Reunião anterior, e aprovada pelos Conselheiros presentes.

Informes:

Informa que houve uma solicitação de pauta por parte da Pastoral da Pessoa Idosa, e há um entendimento que é pertinente e Justifica ao Conselheiro Crismédio Neto que para esta data não coincidiu com a possibilidade do Dr. Marcelo Queiroga (Médico Cardiologista e Diretor da Campanha “Jovens Corações”) e que agendará para uma próxima reunião e que apresentará a campanha ao Pleno do CNDI.

Apresentação da pauta:

1) No primeiro tópico fala sobre a Eleição para a vaga da Sociedade Civil de “Empregadores Urbano e Rural”, informa que a Comissão Eleitoral já designou a data de 29 de maio deste ano, para apreciar os requerimentos das entidades interessadas para habilitação da 14ª vaga.

2) Coordenadora Geral do CNDI Ana Lúcia da Silva complementa a fala da Presidente Sandra, repassando os pontos: foi votada a constituição da Comissão Eleitoral que fará a análise dos documentos que serão entregues pelas entidades interessadas a participarem do processo eleitoral com o intuito ocupar a 14ª vaga, que está sem ser ocupada desde outubro por não haver requerimento para participação no edital deste seguimento ou desta representação que é de Empregadores, no CNDI. Foi constituída uma comissão de sensibilização composta pelas Conselheiras

Maria Leitão (ABRAZ) e Sandra Rabelo (SBGG). Foi feito um levantamento das Entidades que poderiam participar para preenchimento da vaga do seguimento de Empregadores, porém eles terão até o dia 27 para entregarem a documentação. O Edital foi publicado no dia 30 de março de 2015 e o prazo, encerramento para entrega da documentação será dia 27 de abril. A Comissão Eleitoral marcou a data de 29 de abril para fazer a análise da documentação entregue pelas Entidades interessadas e participantes. Se houver mais de uma que preencha todos os requisitos, haverá uma eleição para que, dentro das que se habilitaram eleger aquela que comporá a cadeira no CNDI. O processo é minucioso e é todo divulgado. Distribuiu-se a Resolução 24 e o Edital de Eleição, já tendo sido encaminhado anteriormente via e-mail a todos os Conselheiros Nacionais.

3) Conferências Conjuntas

Portaria 121/2015:

Distribuído cópia do DOU de 24/03/2015 onde consta a constituição do **Comitê Executivo da Conferência Conjunta dos Direitos Humanos**. Onde informa que a Secretaria Executiva enviou solicitação via email, solicitando representação complementar de conselheiros representantes do governo no CNDI para comporem o Comitê Executivo junto com representantes da sociedade civil, já indicados em reunião anterior. Diante da urgência da solicitação, foram escalados: o Conselheiro Governamental Antônio Lídio de M. Zambon – MEC e a Conselheira Governamental Maria Cristina C. Hoffmann – MS.

4) Passa palavra para o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI:

Informa que na Reunião do Comitê Executivo para a organização das Conferências conjuntas, foi lido e aprovado o Regimento Interno, com embasamento na Portaria 754/2014, para a realização das Conferências Conjuntas a ser realizada no dia 07 a 11 de dezembro de 2015, a definir ainda o local para o evento. Menciona que o comitê é composto por 16 membros, sendo 08 da Sociedade Civil e 08 do Governo. Foi definido que haverá duas Comissões, sendo uma de mobilização e outra Comissão de Relatoria/sistematização, sendo aprovada também uma Coordenação Geral dos Trabalhos para a Conferência.

5) O Conselheiro Antônio Lídio de M. Zambon – MEC, complementa que a

abertura se deu após a apresentação dos membros e leitura do Decreto 8.243 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS, sendo as Conferências já regidas por este Decreto.

Menciona que em algum momento houve questionamento, pois alguns entendem que as demandas devem ser da Secretaria Geral da Presidência da República, porém a Sra. Juliana Miranda que trabalhou na SG/PR, esclareceu que há ainda questões a serem regulamentadas em virtude do trânsito do Decreto. Derrubado na Câmara dos Deputados e em apreciação no Senado, porém entende-se que ainda está vigorando e segundo a Sr^a Juliana Miranda, a Secretaria Geral-SG/PR não efetuou encaminhamentos por ainda ter pontos que não foram definidos. Ficou o entendimento que, como não tem a regulamentação, os Ministérios podem reger as suas respectivas conferências por não ser ainda regulamentado.

6) Secretário Paulo Maldos e Vice Presidente do CNDI acrescenta que havia um cronograma estabelecido a partir da edição do Decreto e houve uma polêmica pública, em consequência suspendeu-se o cronograma apesar de já estar tudo sendo encaminhado pela Secretaria Geral, dialogando com os Ministérios e Sociedade Civil, porém com a sensibilidade percebida e com a questão pendente na Câmara poderia abrir espaço para ataques, então se optou por aguardar o Congresso Nacional. Então há a possibilidade daquelas áreas que irão realizar a Conferência poder fazer seus Regimentos e construir o que for mais adequado a cada situação, pois não há a norma geral.

7) A Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira indaga se há algum encaminhamento para as possíveis omissões ou se elas precisarão ser apresentadas para ter um regulamento?

Resposta dada **pelo Vice Presidente do CNDI Paulo Maldos** que existe uma instância que definirá as linhas gerais e as outras que serão apreciadas.

8) A Conselheira Marília Celina Felício Fragoso - ANG faz considerações e indaga se a Conferência Conjunta irá ocorrer mesmo em dezembro deste ano.

09) Secretário Paulo Maldos - Vice Presidente do CNDI esclarece que as

Conferências Municipais, Estaduais são etapas de uma mesma Conferência, não são conferências isoladas, são etapas de um mesmo processo. Estava se fazendo um processo de discussão, porém novamente a Secretaria de Direitos Humanos passa por mudanças e virá nova equipe. Havia uma avaliação a nível nacional de como estavam acontecendo os processos conferenciais nos Municípios e Estados e acertar o *timing* até a etapa Nacional. De acordo com os andamentos das Conferências nos Municípios e Estados, existem propostas para que a etapa Nacional seja realizada ano que vem, inclusive para facilitar a questão dos recursos. É possível que haja um adiamento da etapa Nacional, mas o processo está garantido, porém para que seja mais bem estruturado com mais participação da sociedade e envolvimento dos demais Ministérios, pois o foco é a participação social, existe a avaliação de se adiar também em virtude da restrição orçamentária e da nova equipe com a mudança do Ministro. Não se sabe se a nova equipe manterá o calendário ou adiará.

10) A Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira esclarece que na reunião anterior houve um debate de como procede ao novo formato das Conferências, que acontecem as quatro específicas e depois convergem para a Conferência Nacional e com o número de Delegados e ressalta que o formato em nada foi alterado e está garantido e com relação a data deve-se aguardar sem nenhuma precipitação. Avalia que é sempre importante repassar as informações e a maneira com que se colocam as palavras, com precaução, afirmar o que há de concreto, para que não seja gerado um processo de ansiedade nas bases. Poderá haver mudanças e o Conselheiro ficar em situação difícil naquele Estado.

11) Conselheira Maria Lúcia Santos de Moura – CONTAG fala sobre a questão que as Conferências Municipais e Estaduais devem ser realizadas neste ano, pois acontecerão com mais qualidade, envolvimento e maior participação, considerando que no próximo ano estarão todos envolvidos com as eleições Municipais.

12) Conselheira Sandra Rabello de Frias – SBGG faz uma reflexão acerca da questão orçamentária, pois nos primeiros meses do ano o orçamento ainda não está disponível para a utilização de compra de passagens e transportes, e a Secretaria de Envelhecimento do RJ, está cobrando do Conselho agilidade nas decisões e datas das viagens para adquirir passagens aéreas mais baratas em função da dificuldade

de recursos financeiros, mesmo para a realização das Conferências. Lembrando que os Municípios também atravessam as mesmas dificuldades na mesma época e pensando sobre a mudança na data da Conferência ser transferida para 2016 que seja para depois do período do Carnaval, pois as disponibilidades dos recursos iniciam geralmente em março, os Municípios que tem precariedade de recursos e dependem dos repasses do Estado não terão capacidade financeira de realizar. Vale ressaltar este ponto e assim fazer as coisas calculadas e programadas, tentando evitar maiores problemas colaborando para que a sociedade civil participe.

13) Coordenadora Geral das Políticas dos Idosos Neusa Pivatto Muller relata que houve uma audiência com a Deputada Flávia Moraes, fala da existência das duas comissões, uma mista e outra de apoio e da proposta em transformar as duas em uma única. Nesta audiência também estiveram presentes os representantes da Comissão Interministerial do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e inicialmente havia se acordado alguns procedimentos, já tratados entre o CNDI e a Deputada e outros para, além disto, e houve divergência com relação às datas. Diante disso a Deputada Flávia Moraes vêm discutindo com a Deputada Cristiane Brasil que seria da outra Comissão para transformar numa única, que seria a Comissão de Apoio a População Idosa e Envelhecimento Ativo. Ainda não há um consenso entre as duas Deputadas acerca da data da Seção Solene para o dia primeiro de outubro que é o Dia Internacional da Pessoa Idosa, sendo encaminhado tanto na Câmara quanto no Senado para uma solicitação de agenda, onde foi feita uma audiência com o Senador Paulo Paim. A proposta deverá ser de Seção Solene única, juntando as Comissões com a participação também da população, e ainda não há retorno dessa conversa com a assessoria do Senador Paulo Paim e da Deputada Flávia Moraes. Outro ponto é como será o procedimento sobre a data de 15 de junho – Dia Internacional de Enfrentamento a Violência a População Idosa, é importante que tenha um marco em âmbito nacional, a data está próxima, mas é uma questão que precisa ser vista. A Coordenação está envolvida com o Seminário do Bom trato e a viagem para a Convenção, mas precisa ser pensado outros formatos além de audiência pública, que não sabemos se é adequado, e em relação à temática do Envelhecimento talvez coubesse. Reafirma que em relação a data de 1º de outubro o ideal seria uma Seção Solene, é interessante que haja comemoração das conquistas alcançadas até o momento onde a articulação tanto da Sociedade Civil quanto do

Governo é essencial e primordial, pois muito contribuirá para um avanço nas questões desta temática nos âmbitos nacional e internacional, sendo um momento decisivo da Convenção Interamericana, está se discutindo e tentando finalizar as questões polêmicas para que em junho já tenha um texto final da Convenção Interamericana e um instrumento internacional, jurídico para que a população idosa, não só no Brasil tenha um amparo maior e seus direitos garantidos.

14) A Conselheira Sandra Rabello – SBGG informa que ao embarcar no mesmo voo com a Deputada Cristiane Brasil indagou-a acerca das decisões conjuntas com a Deputada Flávia Moraes, onde informou que já formaram a Comissão ficando a Deputada Flávia Moraes como Presidente, ficando este Conselho no aguardo de uma comunicação formal.

15) Conselheira Maria Cristina Hoffmann – MS sugere que seja incluída nas referencias de legislação direcionada à saúde da pessoa idosa, a Portaria n^o 2.825/2006 (segunda edição), a mesma tem conteúdo interessante e sugere que conste em um próximo documento, pois percebeu que faltou na relação dos instrumentos legais, referentes a política nacional de saúde da pessoa idosa.

16) Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira cita que foi bem lembrado este tópico sugerido pela Conselheira Maria Cristina Hoffmann, como também a data de 15 de junho e 1^o de outubro, mencionada pela Coordenadora Neusa Muller são datas importantes para referencia dos direitos da Pessoa Idosa.

O CNDI deve refletir e pensar no que se pode programar e preparar para dar visibilidade e ter uma fala do Conselho Nacional.

17) Conselheiro Crismédio Vieira da Costa Neto – PPI lembra que próximo a data do dia 15 de junho, haverá a Reunião do CNDI em Rio Branco/AC.

18) Coordenadora Geral do CNDI Ana Lúcia da Silva informa que desde outubro do ano passado quando foi decidido o calendário das Reuniões para o ano de 2015 e de acordo com as datas agendadas, neste período haverá a Reunião em Rio Branco no Acre.

19) A Conselheira Maria Leitão trás as informações de que já está tudo esquematizado e já alinhado para o evento. Como menciona o Conselheiro Crismédio é próximo ao dia 15, poderemos estudar a possibilidade de uma ação nacional, ou um ato.

20) Conselheira Laura Berdine Delamonica – MRE solicita que seja enviado aos Ministérios e respectivas Secretarias Gerais ou Secretarias Executivas e Entidades, um Ofício com antecedência informando sobre o evento e local incentivando a participação dos Conselheiros, pois nesta circunstância de restrição orçamentária é importante esse destaque.

21) Conselheira Maria Clotilde de Carvalho – SESC informa que o evento será realizado no Auditório da FECOMÉRCIO no SESC (Rio Branco). Sugere que pode fazer uma solicitação de uma listagem com indicação dos hotéis próximos ao SESC.

22) Conselheira Marília Celina Felício Fragoso – ANG esclarece sobre o andamento dos preparativos para a Reunião Extraordinária que acontecerá em Florianópolis no mês de outubro. Aborda os diversos aspectos dentre eles os contatos sobre o local para as Reuniões, coffee break, hotéis, restaurantes, e inclusive sobre a possibilidade de adequação e flexibilidade na data, como por exemplo, do dia 19 em diante ou na semana seguinte, dia 26 em diante no mês de outubro. Houve a concordância dos presentes.

Carta-Ofício de apoio à Pesquisa das ILPIs.

23) Conselheira Maria Cristina Hoffmann – MS, faz agradecimentos pelo encaminhamento da Carta de Apoio, em nome do Ministério da Saúde e seus parceiros, o Ministério do Desenvolvimento Social e USP, comunica ainda que as Pesquisas ainda não iniciaram, pois está sendo submetido ao Conselho de Ética, mas os recursos já foram repassados e ainda neste ano, já estará em processo de finalização do Projeto. E a medida que for evoluindo o processo, informarão ao CNDI.

Relatoria do Projeto de Lei que unifica a data das eleições dos Conselhos das Pessoas Idosas nas três esferas e o retorno das consultas realizadas aos Conselhos Estaduais.

24) A Coordenadora Geral do CNDI Ana Lúcia da Silva, repassa sobre o tema debatido na Reunião anterior sobre a unificação das datas das eleições nos Conselhos da Pessoa Idosa, nas esferas Municipais, Estaduais e Nacional e informa que foi feita a consulta através de e-mail conforme orientação e decisão do Pleno e recebemos as respostas conforme consta na correspondência distribuída, não obtendo portanto a resposta de todos os consultados.

Informa que a relatora designada desse Projeto é a Senadora Fátima Bezerra e seus assessores já fizeram uma comunicação inicial, mas sem confirmação da data pré-agendada para uma primeira audiência, sendo a indicação para o dia 10 de junho, data esta, que o CNDI estará reunido em Rio Branco – AC.

25) Coordenadora Geral das Políticas dos Idosos-CGDI/SDH - Neusa Pivatto Muller faz um comunicado que a SDH – Secretaria de Direitos Humanos independentemente da posição do CNDI terá que tomar uma posição enquanto CGPI/SDH, enviando uma Nota Técnica orientando a Assessoria Parlamentar para informar ao relator da proposição que é favorável. Esta posição independe do Conselho, que pode se manifestar da forma que melhor entender.

Sinaliza que a unificação das datas trará algumas dificuldades de logística a exemplo dos Conselhos Tutelares que realizaram parcerias com os TREs – Tribunal Regional Estadual, pois existem dificuldades para disponibilização de urnas. Cabe ressaltar que existe uma diferença em relação ao processo de votação dos Conselhos da Pessoa Idosa para os Conselhos Tutelares, como por exemplo, de conselheiros remunerados na Temática da Criança e do Adolescente.

Argumenta ainda que, quando fizeram a discussão e em seguida o parecer favorável enquanto SDH, entendendo que a unificação das datas proporciona maior tranquilidade no processo de capacitação e de estímulo inclusive a criação de novos conselhos, pois organiza e qualifica melhor o processo. Diante disso, para constar havia a possibilidade de entrar em votação e ainda não ter um parecer da SDH relativo ao tema, por isso então foi feito o encaminhamento.

26) Reunião preparatória para participação no Fórum Interconselhos:

Os conselheiros se manifestaram e colocaram seus posicionamentos acerca da reunião ocorrida na data de ontem dia 13 de março, e foi observada a participação, interação na tentativa de trazer a temática do Envelhecimento e da Pessoa Idosa e

pensando em diversas formas de dar maior visibilidade nas questões do PPA.

27) Secretário Paulo Maldos - Vice Presidente do CNDI, observa que está tendo um desdobramento do trabalho da Participação Social, no PPA e indica a importância de se aproveitar ao máximo esta oportunidade para focar e destacar a Temática da Pessoa Idosa, atentando inclusive para as diretrizes, explicitar com bastante ênfase, tanto no viés territorial como no temático ser bastante investigativo, analítico e perceptivo para incluir o tema do Envelhecimento e do Idoso sempre e onde couber. Deve contemplar também a questão do monitoramento, como será feito o monitoramento tanto na forma explícita como na forma transversal ou como tema transversal. Há material publicado sobre os temas transversais do PPA para o monitoramento pela Sociedade Civil principalmente. Verificar ainda se no Painel Final os pontos foram contemplados e inseridos corretamente. Voltando ao Monitoramento ainda deve ser participativo, e facilmente monitorável e garantidos com participação social acompanhando o tempo todo.

Decisão sobre item da pauta:

Numeração referente ao tema tratado anteriormente:

19) Houve a concordância dos presentes, quanto a possibilidade de adequação e flexibilidade na data da Reunião Extraordinária, agendada para outubro na Cidade de Florianópolis-SC, como por exemplo, do dia 19 em diante ou na semana seguinte, dia 26 em diante no mês de outubro. Ficando a critério do Estado ou da entidade organizadora a definição do melhor local para realização do evento e acessibilidade dos inscritos, respeitando as datas acertadas nesta Reunião.

Atividades Deliberadas, a partir da reunião:

18) Será feita a solicitação de uma relação contendo os nomes dos hotéis próximos ao SESC na Cidade de Rio Branco – AC, encaminhar aos participantes e demais Conselheiros.

Encerramento: Sem mais a registrar no momento, eu Claudia Americano Dolabella encerro os apontamentos da 75ª Reunião Ordinária do CNDI, realizada em Brasília na SDH (10º andar), no dia 14 de março de 2015.

[11] RO nº 75 - RE_CNDI-SDH/PR, em

14.04.2015



Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

75º Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

19/10/2015

Nome Completo	Cargo	Orgão	Telefones	E-mail	Assinatura
ANTÔNIO LÍDIO DE MATTOS	TITULAR	MEC	(61)9944 - 0104	antoniozambon@mec.gov.br	
ANA ELENARA PINTOS	TITULAR	M. ESPORTE	(61)3217 - 9658	anapintos@esporte.gov.br	
VITOR IGREZIAS CID	TITULAR	M. TUR	(61)2023 - 8190	vitordcid@turismo.gov.br	
EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS	TITULAR	SINTAP/CUT	(11)3105 - 9705	Epaiele13@gmail.com	
ARTUR CUSTÓDIO MOREIRA	TITULAR	MORHAN	(21)8226 - 3124	arturmorhan@uol.com.br	
SANDRA RABELLO DE FRIAS	TITULAR	SBGG	(21)2334 - 0168	srabello.neri@gmail.com	
ANA MARIA VILLALBA	TITULAR	MINC	(61)2024 - 2728	ana.villalba@cultura.gov.br	
SONIA COSTA	TITULAR	MCTI	(61)2033 - 7445	sonia.costa@mct.gov.br	
MARIA LEITÃO BESSA	TITULAR	ABRAZ	(86)3233 - 8207	maria.leitao@uol.com.br	
LUCIANA GILL BARBOSA	SUPLENTE	M. CIDADES	(61)8219 - 4658	luciana.barboas@ciudades.gov.br	
LAURA DELAMONICA	SUPLENTE	MRE	(61)2030 - 8526	laura.delamonica@itamaratv.gov.br	
MARIA SOCORRO BRAGA	TITULAR	M.T.E	(61)2031 - 6053	maria.braga@mte.gov.br	
SARA ARAÚJO	TITULAR	ANADEP	(86)3233 - 8207	saramariamelo@hotmail.com	
MARIA CLOTILDE B.M.N	TITULAR	SESC	(21)2136 - 5913	mmaia@sesc.com.br	
MARILIA CLINA FRAGOSO	TITULAR	ANG	(48)3232 - 0693	mariliafelicio@yahoo.com.br	
EVANDRO MACEDO	TITULAR	MPOG	(61)2020 - 4983	evandro.macedo@planejamento.gov.br	
NELSON CAMPOS	TITULAR	MJ	(61)2025 - 3488	nelson.campos@mj.gov.br	
MARIA LÚCIA DE MOURA	TITULAR	CONTAG	(61)2102 - 2288	luciamoura@contag.org.br	
CRISTINA HOFFMANN	TITULAR	M. SAÚDE	(61)3315 - 6226	cristina.hoffmann@saude.gov.br	
CAMILA CIPRIANO	TITULAR	M.D.S	(61)2030 - 3038	camila.cipriano@mds.gov.br	
EMANUEL DANTAS	SUPLENTE	MPS	(61)2021 - 5011	emanuel.dantas@previdencia.gov.br	
CRISMÉDIO VIEIRA COSTA NETO	TITULAR	PPI	(82)8810 - 0457	netocrismedio@hotmail.com	

